

ATA da 17ª REUNIÃO DO
CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

Centro Turístico da Praia Formosa / SESC Santa Cruz - Aracruz – ES
Espírito Santo - (ao lado de Vitória) ES 010, KM 35
Data : 21, 22 e 23 de outubro de 2007

Dia - 21/10 – Domingo

O Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – CN-RBMA, Sr. Clayton F. Lino faz dá as boas vindas e faz a abertura da 17ª Reunião do CN-RBMA, abordando breve histórico de reuniões anteriores e expectativas para esta reunião, além de ajustar a programação em virtude do atraso de alguns conselheiros, e tempo para apresentação de todos os presentes, dentre conselheiros e convidados. Faz-se a leitura da Programação:

- Apresentação de novos Conselheiros
- Formação da Comissão de Eleição do CN-RBMA – Gestão 2007/2011.
- Formação da Comissão de Eleição do Prêmio Muriqui 2007.
- Reunião Extraordinária do CN-RBMA para alteração dos estatutos e regimento interno, do Instituto Amigos da Reserva da Biosfera.
- Informes sobre a Revisão da RBMA- FASE VI e encerramento do primeiro dia da reunião

O Presidente sugere a antecipação da discussão sobre a mudança de estatuto e do regimento do CN-RBMA e do IA-RBMA, como base para as discussões posteriores. Agradecimentos ao MMA pelo apoio da viabilização do evento, à Secretaria do Meio Ambiente do ES e aos órgãos vinculados (IEMA, Instituto Jones, INCAPER). Deu-se então, a palavra aos presentes para breve apresentação:

- Fernando Capello – Secretaria Executiva do CN-RBMA, em SP.
- Afrânio Menezes – Membro do Bureau, Conselheiro representante do Estado de AL
- Prof. Alceu Magnanini – Conselheiro representante da Comunidade Científica na região Sudeste
- Ivan Barbosa – Conselheiro representante do estado de MG
- Chico Blu – ASPOAM – RN – Conselheiro representante da sociedade civil

- João L. Albuquerque – Substituindo o Conselheiro representante do estado do RJ, Sr. André Ilha.
- Pedro S. Castro – Secretaria Executiva do CN-RBMA, em SP
- Heloisa Dias – Secretaria Executiva do CN-RBMA, Suplente do Conselho Nacional do ES, em substituição a Sra. Penha Padovan, Coordenadora do Colegiado de Sudeste do CN-RBMA.
- Mario Cencig – Vice Presidente do CN-RBMA, membro da comunidade científica da região Sudeste.
- Ivonete C. - Comunidades indígenas.
- Lauro B. – Representante de ONG XXX do estado do RS. Fez a apresentação do livro “Morcegos do Brasil”
- Maria Lucia Costa Lima – conselheira representante do estado de CE, e suplente no CN-RBMA em PE.
- Roberto Siqueira – Representante de moradores do NE, Conselheiro e Coordenador do Condema (Posto Avançado)
- Boisbaudran Imperiano - Membro do Comitê Estadual do RN
- José Antônio – Representante do estado de SE
- Ana Lopez – Coordenadora do Programa de Turismo Sustentável da RBMA
- Sergio Zaratin – Membro do Bureau do Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, e do sub-comitê do CN-RBMA
- Leide Zorazi – Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica, do estado do RN
- Soraia - Comissão de Rearticulação do CE, AVINA – Grupo Mar
- Gustavo de Oliveira – Representante do Ministério do Meio Ambiente (Secretaria de Biodiversidade)
- Andréa Chap Chap – Secretaria Executiva do CN-RBMA, em SP
- Márcia Barana – responsável pela comunicação da Secretaria Executiva do CN-RBMA, em SP.
- Leiz da Silva – Membro da comunidade de Iporanga / PETAR
- Danilo Costa – Secretaria Executiva do CN-RBMA
- Fabrício Lameu – Membro da comunidade de Iporanga / PETAR
- Paulo Dávila – Diretor de Ecossistema da Agencia Goiana de Meio Ambiente do estado de GO

- Adriano Wild – Voluntário do IESB e Secretário do Sub-Comite do Sul da Bahia da RBMA.
- Detinha – Representante do posto avançado do Mosteiro Zen, no estado do ES.
- Elizete Siqueira – Vice Presidente do Conselho XXXXXX, e Presidente da Rede de ONGs da Mata Atlântica.
- Milson Batista – Conselheiro representante da Secretaria do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos (BA), Coordenador do Programa de Corredores Ecológicos
- Marcos Rosa – representante da Arqplan, responsável pelo Sistema de Informação Geográfica (SIG) da Fase VI da RBMA.
- Fernando Brutto – Instituto Chico Mendes para Biodiversidade, Gestor do Parque Estadual XXX em Porto Seguro, representa o sub-comite da BA.
- Leonardo Tostes Palma - Conselheiro e representante do Estado do Mato Grosso do Sul.
- Leverci XXXXXX – do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) - Conselheiro representante do estado do PR
- Maria Isabel – Representante do estado do RS, da Fundação Estadual de Conservação Ambiental.
- Demetrio XXXXXX – Professor da Uni – RS, Presidente do Comitê Estadual do RS
- Dorinha – Coordenadora Colegiado Regional de AL / AMANE
- Ana Cimardi – Vice Coordenadora do Colegiado do RS, substituindo Alexandre Krob (Coordenador)
- Jorge Ramon Melo – Séc. Executivo da Rede Amigos das Águas, Coordenador Executivo Comitê Estadual do PR.
- Mônica – Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade / MMA

Terminada as apresentações o Sr. Presidente inicia exposição Geral da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, destacando cobertura de Remanescentes e abrangência da RBMA, com ênfase nos estados de GO e PI. Ressalta que o dado de 7,6% de Mata Atlântica usou metodologia de 1990, com base em dados de satélite que não permitiam o detalhamento de hoje. Com os dados atuais

mais detalhados, são 26% de remanescentes de Mata Atlântica. A apresentação abordou também:

- Conhecimento e resgate da diversidade cultural, étnica, utilização de produtos nativos. Conflitos sobre uso e propriedade da terra (populações, comunidades indígenas e UCs).
- Sócio- Economia: 3 causas de devastação – Exploração predatória de recursos florestais supervalorizados (pau brasil, palmito, araucária). Agricultura e pecuária extensiva (monocultura, cana, café, soja, eucalipto), destacando o solo como recurso principal atingido. Obras de infra estrutura e urbanização (ocupando áreas de agropecuária – 2/3 da população vive na Mata Atlântica).
- Falta de políticas municipais para gestão da Mata Atlântica, integradas aos estados e ao âmbito federal, participação da ANAMA.
- Evolução dos conceitos da MaB – Unesco para áreas prioritárias sobre Zonas Núcleos, Amortecimento, Transição e áreas de desenvolvimento sustentável.
- Primeiras Reservas da Biosfera, com título de reconhecimento internacional, Territórios (zoneamento) e Institucionalização das Reservas mundiais (modelo brasileiro adaptado em vários países). Este sistema foi premiado pela UNESCO há 2 anos atrás.
- As 7 Reservas da Biosfera no Brasil – Mata Atlântica, Cinturão Verde de São Paulo (parte integrante da Mata Atlântica), Caatinga, Cerrado, Espinhaço, Pantanal, Amazônia Central.
- Proposta de ampliação do Espinhaço para alcançar a Chapada Diamantina (BA), Áreas Marinhas e, no sul, o bioma Pampa.
- Conceitos sobre Zona Núcleo, Zona de Amortecimento e de Transição, e enquadramento das UCs em cada uma delas, e antecipação sobre discussão destes conceitos no evento a ser realizado em Fevereiro de 2008, em Paris. Existe possibilidade de mudança de nomes dos conceitos de “Zona de Amortecimento” e de “Reserva”.
- Apresentação da Fase I (1991), Fase II (1992), Fase III (1993), Fase 4 (2000), Fase 5 (2002). Inclusão de áreas do RJ, BA, e RS será votada na reunião do dia seguinte.

- Evolução do sistema de gestão da RBMA e apresentação da composição do Instituto Amigos da RBMA.
- Apresentação do conceito de Posto Avançado (PA) e apresentação dos PAs do ES.
- Apresentação rápida das linhas de Ação da RBMA, definidas pelo Planejamento Estratégico em 2003.
- Apresentação dos Programas da Reserva da Biosfera (Turismo Sustentável, Mercado Mata Atlântica, Águas e Florestas, Cultura e Mata Atlântica, Anuário Mata Atlântica, Comunicação Ambiental) e finalização.

Gustavo, do MMA, entregou aos participantes os relatórios de viagem e informou sobre a importância do mesmo serem enviados por todos os participantes que receberam passagens e diárias do MMA.

Clayton fez um agradecimento ao Afrânio (AL) pela articulação da estrutura do evento, e anunciou o lançamento dos Cadernos 32 e 33 da RBMA, sobre o “Programa Mosaicos” e sobre a “Lei da Mata Atlântica”, respectivamente.

Detinha, do ES, fez orientações para curar as panelinhas de moqueca entregues como brinde pela organização da Reunião do CN-RBMA.

Terminadas as apresentações e os agradecimentos, dá-se início a **Reunião Extraordinária do CN-RBMA para alteração dos estatutos e regimento interno**

Inicia-se leitura do Estatuto, destacando as alterações marcadas. Observação de Maria Lúcia sobre dimensão das áreas de transição e *limites rígidos*. Foi sugerida a inclusão do georeferenciamento no parágrafo 2 do artigo 3. Com o estatuto em tela, o presidente destacou as alterações e aprovações da mesa, adotando como critério a aprovação do novo estatuto por maioria absoluta e do regimento interno, por minoridade simples. Sob estas regras foram discutidas e apresentadas as pautas sobre: **(AS ALTERAÇÕES REGISTRADAS NESTA ATA PODEM (devem) SER AJUSTADAS COM BASE NOS ARQUIVOS do ESTATUTO e do REGIMENTO).**

- Alteração no número de membros Governamentais e Não Governamentais.
- Decisão pelo CN sobre a entrada ou não de áreas Goianas, que possuem regiões importantes interioranas de Mata Atlântica. A indicação foi feita pelo Bureau.

- Paulo Dávila descreve a área goiana, destacando a pressão sofrida por projetos hidroelétricos e de produção de etanol. A Zona Núcleo, com 900 hectares é determinada pelo Parque Estadual da Mata Atlântica, cuja documentação ainda não está consolidada, mas com estrutura de gestão já definida. O parque foi criado por sua riqueza de flora e fauna local.

Prof. Alceu ressalta que o Conselho Nacional de Geografia estuda o Mato Grosso e Goiás desde 1960, mencionando o livro o Mato Grosso de Goiás e justificando ainda mais a criação do Parque.

Paulo Davila justifica que o Parque reserva aproximadamente 12% da área original de Mata Atlântica no Estado de Goiás. (JUSTIFICATIVA COM HELO)

Encerradas as discussões e participações, o Presidente submete à votação a inclusão ou não do Estado de Goiás no Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. **Início da Votação:** Favorável a inclusão de Goiás: 19 (dezenove) Conselheiros. Foi aprovada a inclusão de Goiás na RBMA.

Mario Cencig argumenta que, se aumentar para 21 o número de membros governamentais, deve-se incluir também mais um (1) membro não governamental. A sugestão de Bacca, caso decida-se aumentar para 21 membros, é a de incluir um representante de RPPN da Mata Atlântica como membro não governamental. Foi sugerida também a possibilidade de manter-se 20 membros, mas aumentando um (1) representante estadual e diminuindo um (1) federal. Após a finalização das argumentações, o Presidente submete a questão a votação. **Início da Votação:** Membros Favoráveis a 21 Membros: 15 Conselheiros. Favoráveis a 20 Membros: 5 Conselheiros. Foi aprovado o aumento do número de membros não governamentais para 21.

A mesa se manifesta questionando se, caso a vaga seja destinada a representação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (RPPN), o representante da deverá ser do bioma Mata Atlântica?

Demétrio faz considerações sobre a importância das RPPNs e sobre a dificuldade de criação de novas UCs, públicas e privadas. Para ele, a inclusão é estratégica para a viabilização das políticas definidas. Encerradas as discussões o Presidente submete a votação. **Início da Votação:** Favoráveis a vaga fixa do setor RPPN, como 3º membro da iniciativa privada (não governamental): 13 Conselheiros. Contrários: 06 conselheiros. Fica aprovada a determinação de uma cadeira fixa para representante de RPPN localizada no bioma Mata

Atlântica. Adiciona-se ainda a aprova-se do texto que inclui a possibilidade de que os outros 2 membros restantes sejam de iniciativa privada OU outros setores da sociedade civil.

Após o final das revisões, encerra-se a discussão sobre o estatuto, e inicia-se a projeção em tela do Regimento do CN-RBMA, destacando as alterações sugeridas previamente pelo Bureau. Submete-se a votação a Proposta de ampliação de mais 2 (dois) membros governamentais no CN, tendo a representação municipal através da ANAMA, sugerindo rodízio dos 3 vice-presidentes da instituição. **Início da votação:** Favoráveis: 18 Conselheiros. Contrários: **Não ficou claro!!** Inclusão aprovada.

Em seguida, foi discutida a Inclusão de Parágrafo II no Artigo 5º, com o seguinte texto: *“Todos os conselheiros convidados tem mandato de 2 anos, sendo passível de recondução ilimitada”*. Nilson (BA), apresenta a possibilidade da vaga ser ocupada por uma das duas instituições governamentais (IBAMA e Instituto Chico Mendes), e sugere atribuir ao IBAMA, devido às novas funções da Instituição após a criação do Instituto Chico Mendes.

Demétrio (RS) acrescenta que a representação da comunidade científica pode ser feita pelo Jardim Botânico, o que abriria uma vaga para o IBAMA ou para Instituto Chico Mendes.

A sugestão do Prof. Alceu é de que a representação voltada ao conhecimento científico não institucionalizado, para fazer parte do Conselho Nacional. Afrânio Menezes relembra que o Jardim Botânico já esteve em falta com o CN no passado. Terminadas as discussões, os conselheiros votam e definem por unanimidade não ampliar em 1 vaga para representantes do Governo Federal.

A próxima proposta é de que a última vaga restante (além da SBF e Instituto Chico Mendes) deverá ser determinada pelo MMA. **Início da Votação:** Favoráveis a Permanência do IBAMA (Sem Jd Botânico): aprovado por unanimidade.

O Presidente comunica que o Conselho comunicará ao Jd. Botânico a decisão, agradecendo a colaboração dada durante os anos, e reitera que esta decisão foi aprovada em reunião do Conselho Nacional, destacando o importante papel a ser desempenhado pelo IBAMA daqui para frente.

Adriano sugere a criação uma de nova categoria (Convidados Especiais), mas Clayton Lino reitera que anteriormente já houve tentativas neste sentido, e não foram aprovadas pelo Conselho.

Inicia-se a leitura projetada das alterações no regimento interno para manifestação dos participantes e Clayton faz esclarecimento sobre a Secretaria Executiva do Conselho Nacional da RBMA, que deverá ser designado pelo respectivo Presidente.

A próxima discussão segue sobre a inclusão das regiões marinhas e criação de colegiado específico (Grupo Mar). Houve manifestação da mesa para que as propostas sejam de ação estrutural com enfoque marinho, além da sugestão de criação do “Colegiado Mar” ter sido bem aceita pelos participantes, que apresentaram experiências bastante positivas neste sentido. Destacaram também as funções do colegiado, voltadas às áreas trans-estaduais. Terminadas as discussões, foi submetida a votação. **Início da Votação:** Favoráveis a criação do colegiado MAR: 18 Conselheiros. Abstenções 02 conselheiros. Foi aprovada a criação de 01 colegiado específico para as questões marinhas.

Em seguida, dá-se continuação à leitura do regimento, para aprovação dos participantes. Foram aprovadas as mudanças no texto do regimento do CN-RBMA, e encerrados os trabalhos do dia (19:52).

Dia 22/10

Início dos trabalhos (09:20) com apresentação de Clayton Lino sobre a programação do dia, destacando a apresentação do Selo “Mercado Mata Atlântica - RBMA”, por Paul Dale, como um passo estratégico importante para o CN-RBMA, além de fornecer as informações a respeito do Seminário “Mata Atlântica: Cenários e Estratégias de Ação”, com início no dia 23/10.

Afrânio: informou sobre a pauta de matéria televisiva, sugerida pelo próprio, sobre o Posto Avançado de Alagoas. Ele está disponível para quem se interessar pelo material.

Início dos trabalhos para a Formação da Comissão de Eleição do Prêmio Muriqui - 2007.

Por tradição, temos representantes do Nordeste, Sudeste e Sul na Comissão da Eleição do Prêmio Muriqui. Ficou definido o Sr. Afrânio Menezes como representante do Nordeste, o Prof. Alceu como representante do Sudeste e o Sr. Bacca representando a região Sul. As propostas de indicação estão sendo recebidas via e-mail pela comissão e serão analisadas pela mesma, já que houve dificuldade para acesso ao site de votação. Foi informado que houve indicações feitas através do site, e não estão contempladas nas indicações recebidas via e-mail, justificando a importância de envio das indicações. Já houve indicações para o prêmio, tanto para pessoa física (Sr. Toinho) como pessoa jurídica (CI e TNC).

Início dos trabalhos para a Formação da Comissão de Eleição do CN-RBMA – Gestão 2007/2011.

Informa-se que a eleição para Presidente, Vice Presidente e para o Bureau se realizará no dia 23/10. O Bureau é formado por 9 conselheiros, e deve contemplar várias regiões e setores distribuídos igualmente.

A composição tem 4 membros do governo (Federal, NE, SU e RS) e 4 membros não governamentais + o Presidente do CN, que também é membro do Bureau. A comissão exporá as regras para composição dos membros não governamentais, entre moradores, ONGs, comunidade científica etc.

Para a vice-presidência tivemos 3 reeleições, do Sr. Zé Pedro, e do Sr. Clayton e Mário Cencig, eleitos em 1999, também com 1 re-eleição.

Abordou a importância da renovação do quadro e destacou a possibilidade de incluir o tema “reeleição” no estatuto. A presidência e vice-presidência é representada por chapa, e é obrigatório que os candidatos sejam conselheiros, que serão eleitos por maioria simples (50% + 1). A comissão de eleição deverá julgar o mérito das candidaturas, além de preparar todos os procedimentos de apuração etc.

Solicitou-se a manifestação dos candidatos perante a comissão. Fica decidido que os componentes da comissão não poderão se candidatar.

Mário Cencig, que deixa a vice-presidência, se candidata para comissão da região Sudeste. Dorinha se candidatou para comissão de eleição do CN da

região Nordeste. Ana Cimardi se candidatou para comissão da região Sul. Houve concordância de todos.

Haverá a eleição (ou reeleição) do conselho, que tomará posse como representantes não governamentais. Os resultados serão entregues ainda nesta data pelos representantes do Nordeste, Sul e Sudeste.

No caso do Sudeste, foi enviado a continuidade das propostas dos Comitês, com o Sr. Mario Cencig e do Prof. Alceu. Há necessidade de outras candidaturas da comunidade científica.

Do Nordeste, Angélica e Oswaldo Lira como indicações (ambos já foram conselheiros).

Do Sul, ainda não foi recebida nenhuma candidatura. Foi informado que se propõe a continuidade do Ricardo Melo.

Alindo Poti (conselheiro) como sugestão do Leonardo (MS).

Chico Blu questiona sobre o mecanismo de participação de comunidade científica e moradores, que não são organizados em forma de instituição, como no caso de ONGs.

Clayton esclarece que no caso de comunidade científica a indicação é de PESSOA, e não de instituição, de qualquer área. As indicações devem vir dos comitês ou dos conselheiros. Não há mais nenhuma proposta da Região Sudeste.

Foi informado ao sr. Adriando, após seu questionamento, que os comitês foram avisados sobre a indicação dos candidatos (consta em Ata, inclusive). Para o Nordeste, houve mais uma indicação para comunidade científica, Prof. Marcelo Tabarelli (da UFPE), indicação esta feita por Maria Lúcia Costa Lima e Roberto Siqueira.

No caso de moradores, deverá haver indicações pelos comitês como forma de fortalecer a representação dos moradores no conselho nacional.

No caso do Sul, Maria Isabel indica Taqui (da 4ª colônia do RS). Ana Cimar indica a recondução de Glaico Sell. Leverci apóia a recondução de SC.

No caso do Sudeste, Neto (FF) indica a proposta da continuidade do Chico Mandira. As indicações do Sudeste e Nordeste serão informadas no período da tarde desta data.

Informes sobre a Revisão da RBMA- FASE VI e encerramento do primeiro dia da reunião.

João Albuquerque informa que possui proposta de quase todos os estados, além da inclusão do ambiente Marinho nesta discussão, destacando as dificuldades nas discussões sobre zonas de amortecimento e de transição, principalmente na divisão dos estados.

Pede-se a explanação do Sr. Marcos (Arcplan), sobre o Mapa da Fase VI. Inicia-se com a apresentação dos conceitos utilizados. (USAR APRESENTAÇÃO COMO BASE). Destaque da criação de novas UCs que estão contempladas nesta FASE VI, mas foi observado por Ivan que não consta no Manual a inclusão de novas UCs.

Sugere-se a inserções de áreas de remanescentes que já possuem estudos e propostas de criação de UCs, pelos Estados com autonomia para tanto.

Incorporação de novas áreas de manguezais no CE como zonas núcleo, utilizando base de dados do MMA.

Zonas Costeiras como zonas de amortecimento e de transição.

Questionamento sobre a inclusão de áreas interioranas no RN. Foi informado por Sr. João Albuquerque que os representantes deste estado não enviaram as informações mesmo após várias solicitações.

Heloisa Dias sugere o início das discussões sobre a questão marinha dos estados. Inicia-se a apresentação informando que ficou definido em reuniões, que as áreas que ainda não estão inseridas passarão por discussões sobre a criação de Reservas da Biosfera Marinhas.

LEITURA DAS PROPOSTAS DE GRUPO MAR PARA Revisão da RBMA.

Devido a dificuldade de criação de novas UCs marinhas, algumas UCs de usos sustentável foram incluídas como Zona Núcleo.

Fernando Brutto sugeriu a inclusão da RESEX Corumbau e Canavieiras, na BA. Sugere-se a criação de Reserva da Biosfera Marinha, as áreas definidas como Importância Biológica “Extremamente Alta” (em vermelho, no mapa).

Leverci questiona o nível de articulação existente para as propostas. Helo esclarece que a participação institucional será discutida posteriormente, e

destaca que existe forte tendência de trabalhar com instituições responsáveis pelo uso e gestão de zonas marinhas e costeiras.

Demétrio informa que no RS há UCs costeiras que avançam pelas zonas marinhas, e não estão contempladas nesta revisão. Esta discussão acontecerá no detalhamento a ser feito em cada estado.

PAUSA PARA CAFÉ (10:59)

Marcos retoma os trabalhos apresentando o panorama de todos os estados para posterior detalhamento das mudanças

O estado CE não enviou propostas. Há apenas conversão de zonas núcleos 2 para zonas de amortecimento, a menos que haja outra justificativa.

O estado do RN não apresentou propostas. Há apenas conversão de zonas núcleos 2 para zonas de amortecimento ou de transição.

O estado de PB não enviou proposta. Há apenas conversão de zonas núcleos 2 para zonas de amortecimento ou de transição.

Dorinha esclarece o processo de discussão no Nordeste

O estado de PE mapeou 98 zonas núcleo e se redefiniu as zonas de amortecimento. As áreas indígenas foram excluídas da RBMA por estarem localizadas na Caatinga.

O estado AL inclui a proposta de inclusão de 2 APAs como zonas núcleos, e se identificou novas zonas núcleos, além da transição.

O estado de SE houve transição de zona núcleo 2 para transição ou amortecimento.

O estado da BA recebeu proposta do estado. Houve ampliação de novas áreas de amortecimento e de transição (10 km) e de zonas núcleo bem definidas.

O estado do ES enviou proposta e houve ampliação de zonas de amortecimento em função da definição de novas zonas núcleo, além do corredor marinho.

Heloisa informa que BA e ES adotaram mini-corredores e áreas focais de intervenção, que foram contemplados com destaques pela RBMA. Há outras áreas amplas como zonas prioritárias que devem virar UCs.

Clayton reforça que as áreas antes definidas como Zonas Núcleo II, estão contempladas por APP, que serão consideradas na formação de novas zonas núcleo.

No estado de GO prevê a conexão com MG na formação de apenas 1 zona núcleo.

Clayton reforça que há dificuldade da definição de áreas de transição e amortecimento muito amplas.

No MS, incluíram-se novas áreas núcleo.

O RJ não enviou proposta, e foram ajustadas as zonas núcleos aos parques, inseridos novos parques e incluída a APA nas Zonas Costeiras (refinamento).

O estado de SP também não enviou proposta. Foram feitos ajustes nas zonas núcleos, amortecimento e transição.

Clayton: Informa que o representante da FF, Neto, estará presente no dia seguinte trazendo as propostas concluídas pelo trabalho no programa de Mosaicos, zonas marinhas e costeiras.

Zarati solicita esclarecimento sobre zoneamento RBCV, e Clayton esclarece que além das áreas prioritárias, o CV está em processo de revisão, com nível de detalhamento maior que outras áreas. O que for definido no CV será considerado como proposta para o estado de SP.

Prof. Alceu, reforça a existência de um reserva biológica “Mico Leão Cara Preta” de Garça-SP, que não está contemplado no mapa atual. Clayton esclarece que esta área está contemplada como zona núcleo na proposta a ser recebida do estado de SP.

O estado SC enviou proposta de inclusão de novas Zonas Núcleos.

O estado de RS ampliou as zonas núcleos nas áreas de APPs, abordando a região dos pampas, geralmente em torno dos rios.

Dá-se início-se o detalhamento das discussões do Estado.

RIO GRANDE DO SUL

Demetrio: usou-se o manual de sugestão. Existem enclaves de Mata Atlântica no bioma Pampa e vice-versa. As zonas núcleos abordaram novas Ucs e APPs, que foram possíveis descrever o memorial. Foram mapeadas as áreas indígenas, quilombolas e de uso sustentável. Ao redor disto, foram estabelecidas as zonas de transição para gerar corredores entre as Ucs.

Sobre as zonas costeiras e marinhas ainda faltam introduzir questões adicionais, ainda não finalizadas. Incluíram faixa costeira como transição medindo 5 km das zonas de amortecimento.

Demetrio reforça a necessidade de criação de zona núcleo na Lagoa do Peixe, que inclui área terrestre e oceanos. Afirma também que foram mapeadas áreas do MMA como zonas de amortecimento e transição.

Maria Isabel Esclarece que ESEC do Taim e PARNA Lagoa do Peixe já são zonas núcleo.

Clayton cobra coerência nos limites da RBMA com áreas de extrema importância biológica, e que não são contempladas pela RBMA.

Demetrio ressalta que irá avaliar as áreas marinhas de alta prioridade para justificativa de incorporação de novas zonas núcleo.

Clayton: No interior, há diferença na definição de áreas entre os estados (comparação com BA), principalmente na definição de APPs como zonas núcleos, que se difere de outros estados. Pode-se utilizar este detalhamento, mesmo sem ser um padrão para todos os estados??

Há um padrão de Zona de Amortecimento adotado no RS, que pode ser adotado por outros estados.

As zonas de transição ficam “acumuladas” em áreas contíguas, com faixa de 2,5 km.

Ivan: As APPs possuem memorial descritivo?

Demetrio: Não todas. Foram incluídas apenas as que possuem memorial descritivo.

Ana Cimardi questiona quais os critérios de zoneamento pela RBMA no caso de zonas de transição cercadas por zonas de amortecimento.

Clayton: não há choque conceitual e cita exemplo do CV de São Paulo. Reforça que no caso das APPs, há necessidade de geo-referenciamento para dar condições de definição clara dos limites. No caso do RS, o conceito de APP está bem definido (bem conservadas, que justifique a escolha como zona núcleo), e as zonas de amortecimento há linguagem diferente em comparação com SC.

Demetrio reforça que as APPs do RS estão relativamente conservadas.

Roberto Brutto: uma zona núcleo é passível de proposta de projetos hidro-elétricas??

Maria Isabel: na zona núcleo são permitido projetos de obras públicas e de interesse social.

Chico Blu: reforça a atuação forte nas APPs na Bahia, como forma de interligar corredores. Sugere que os estados com capacidade de incorporar as APPs com memorial, que o façam sem impedimento. Os que não tiverem terão de providenciar para inclusões futuras de APPs como Zonas Núcleo. (Fase VII).

Ivan: o conceito está pouco definido, já que o mapa transparece que considerou-se apenas a margem dos rios para definição das APPs. Sugere-se a classificação como zona de amortecimento.

Ana Cimardi: esclarece que é fácil mapear as APPs com memorial descritivo de todas as áreas, e que os critérios devem ser de APPs EFETIVAMENTE CONSERVADAS.

Clayton reforça a importância de as APPs estarem EFETIVAMENTE CONSERVADAS, como conceito. Reforça também que, se depender de vontade dos governos estaduais, municipais e federal, não haverá mais APP conservada. Sugere a revisão das APPs do RS, respeitando o critério de conservação destas áreas.

Os representantes do RS estão de acordo com a revisão destas áreas. Os representantes deverão enviar por escritos as justificativas e revisões.

SANTA CATARINA

Ana Cimardi informa que o estado SC irá rever as zonas de transição, devido a dificuldade de definir o limite físico da RBMA e zonas urbanas. As zonas de Amortecimento praticamente não sofreram alterações de FASE V para a FASE VI.

Sobre as zonas núcleo, encaminharam proposta da FASE VI com mudança considerável, mas de forma equivocada, considerando pequenas propriedades. Ficou definido que as zonas núcleo foram revisadas considerando o que era, efetivamente, remanescente florestal.

Na fase V não trabalharam com novos remanescentes, que foram atualizadas na FASE VI como zonas núcleo.

Na fase V para a Fase VI, não há mais remanescentes florestais em certas áreas do estado (REBIO da Canela Preta), que hoje está fragmentada, em processo de 4 anos atrás.

Considerou-se como zona núcleo apenas a área do Parque da Serra do Itajaí, diminuindo as áreas de remanescentes adicionais existentes anteriormente.

Os critérios para definição de Zonas Núcleo são UC de proteção integral, as RPPNs com limites definidos e as áreas de remanescentes.

Heloisa reforça que deverá ser justificada perante UNESCO a diminuição da área de zona núcleo, em função da fragmentação de áreas de remanescentes.

Chico Blu questiona a justificativa de tamanha redução em 5 anos (de 2002 até 2007).

João considera que diminuir bruscamente as áreas de zona núcleo, coloca em risco o estado de SC na definição de áreas de RBMA.

Ivan apóia a proposta feita, justificando possíveis erros de mapeamento.

Chico Blu sugere a manutenção da FASE V, que representa bem o estado, para estudo mais detalhado a ser enviado como proposta de redefinição da FASE VII.

Ana Cimardi esclarece que o método utilizado usou mapa de remanescentes florestais pelo Centro Integrado de Recursos Ambientais, que foram definidos como zonas núcleo.

Marcos esclarece que houve refinamento cartográfico, com escala mais detalhada que permite mais precisão na identificação de remanescentes. Houve checagem do remanescente da SOS, com idas a campo, validação de imagens pela empresa responsável. Confirmou-se a existência de remanescentes, diferentes da FASE V. Questiona como pode ser feito a adaptação destes remanescentes na incorporação destas áreas à zona núcleo.

Lizete sugere o trabalho não muito restritivo na revisão, incorporando os remanescentes como zonas núcleo.

Marcos ressalta que há diferença na porção de remanescentes, em função do critério adotado para considerar áreas como remanescentes. SOS considera áreas maiores que 1.000 hectares (7%), o PROBIO considera áreas menores (13%) e o ministério, menores ainda (26%).

Clayton: defende a re-análise mantendo os corredores, respeitando as zonas já declaradas como zona núcleo, e retirar as que possuíam erro de informação.

Ana Cimardi: Há drástica redução de área núcleo, mas com representativa porção de remanescentes, que serão revisados visando a interligação destas áreas.

Sobre a APP, não considerou o critério de estar EFETIVAMENTE CONSERVADA, para consideração como zona núcleo, já que já está aprovado pela UNESCO. Esta mudança seria no caso de intervenção por projetos hidroelétricos.

Bacca reforça a possibilidade de correção, destacando que não houve alteração constatada em base de dados do SOS Mata Atlântica.

Fernando lembra que, pelo Manual, a indicação de alteração (redução) é a mais correta.

Marcos avisa que falta definir se APA entra ou não como Zona Núcleo. O zoneamento da ilha possui uma área de amortecimento urbano, e possui dúvida sobre este zoneamento.

Ana Cimardi: zona de amortecimento urbana, deve ser considerada como zona de amortecimento (genérica).

Fernando Brutto: e o Plano diretor?

Clayton: o projeto prevê a integração RBMA, Plano diretor e Agenda 21 local.

Marcos: exclui-se área núcleo urbano da RBMA.

Bacca: o norte da ilha (Florianópolis) possui zonas núcleo, mas não possui zonas de amortecimento, que devem ser incluídas. Houve consenso de todos.

Clayton: a divisa de SC e RS há princípios diferentes de zonas de transição.

Demetrio: no caso do RS deverá haver um critério mais explícito, com definição mínima de faixa de APP (normalmente, entre 5 e 10 km). Em SC usa-se 500 m, e no RS, 2,5 km.

Clayton: SC deverá ampliar a faixa para 2,5 km, visando padronizar com o estado de RS.

A zona de amortecimento dos estados de SC e RS estão praticamente iguais, em 1,5 km de faixa em torno da zona núcleo.

João: O RS inclui área de transição indevidamente, (pelo projeto Corredor Ecológico) que conflita com SC. Acordou-se que RS enviará os ajustes para SC.

Helô sugere a avaliação do zoneamento para incorporação de áreas marinhas como zona núcleo, em área de APA de SC.

Fernando e Ivan defendem um critério para definição de áreas de transição e de amortecimento nas divisas estaduais, visando padronizar os critérios da RBMA.

Clayton: Pendência do bioma Pampa, no RS. Há invasão de áreas de “pampas”. Se o princípio for aceito, haverá incorporação de outros biomas em áreas da RBMA em outros estados. Solicita opinião dos conselheiros a respeito:

Demetrio: as informações de mapas não são coincidentes, e há um mosaico de florestas, que não deixam de possuir os elementos atlânticos. A filosofia da RBMA é de manter o “desenho” da RBMA.

Maria Isabel: acrescenta que o comitê da Mata Atlântica definiu as diferenças e encaminhou ao IBGE, que respondeu informando o acolhimento para discussão de um mapa definitivo. O Processo está em discussão e ainda é definitivo os limites atuais dos biomas.

Marcos: Haverá incorporação destas áreas em mapas a serem publicados pelo IBGE.

A RBMA não reconhece o mapa de biomas do IBGE como minimamente confiável.

A rede está no bioma, e o ajuste prometido pelo ministério seria definido pelo mapa das áreas abrangidas pela Lei da Mata Atlântica, a ser publicado.

Clayton sugere votação dos conselheiros, e a formação de justificativa caso seja aprovada a permanência do bioma pampa no zoneamento da RBMA.

Marcos esclarece que o mapa a ser publicado pela Lei da Mata Atlântica, e justifica a permanência.

Houve concordância de todos.

Pausa para almoço: 13:37

Retomada dos trabalhos (14:55)

Apresentação de Guilherme (chegou atrasado), Programa Marinho da CI (BA), que apóia a discussão da RB Marinha.

Iniciadas as discussões sobre formação do conselho nacional, para representantes das seguintes categorias:

COMUNIDADE CIENTÍFICA:

SUDESTE: Mario Cencig, Prof. Alceu, Denise

SUL: Ricardo da Silva Pereira Melo

NORDESTE: Osvaldo Lira, Maria Angélica Figueiredo, Marcelo Tabarelli

MORADORES

SUL: Glaico Sell-SC, José Itaquí-RS

SUDESTE: Chico Mandira, Ailton Krenac

NORDESTE:

PREMIO MURIQUI:

PJ: ONG Nascente XXXXXXXXX – RS, CI e TNC

PF: Antônio Gomes dos Santos – AL, Ricardo Augusto Pessoa Braga – PE, Luiz Rios de Moura Batista – RS

Prêmio Muriqui Especial: indicação de Paulo Nogueira Neto, e Paulo Ramalho – AL (*in memoriam*)

Deu-se início à revisão da FASE VI da RBMA, com apresentações dos estados participantes.

ESTADO DO PARANÁ

O estado do PR não enviou informações. Considerou-se área de amortecimento com 5 km, como definido anteriormente na Fase V, e incluíram novas UCs.

Leverci: ressalta a diversidade fitogeográfica do PR, com os campos gerais considerados como ecossistemas associados, e floresta semi-decidual no norte do estado. O PR foi o estado que menos teve desmatamento em mata atlântica, fortalecido pelo Programa de Mata Ciliar,

atingindo a 97 milhões de mudas (maior do mundo). Aborda a estratégia de interligação através de uma rede de áreas protegidas, que obedecem as bacias hidrográficas, porém há uma forte vocação agrícola no interior do estado, com agricultura familiar mais freqüente na parte sul e na costa litorânea.

Definiu-se 3 corredores, apesar da inexistência de remanescentes no interior (na costa, na divisa com MS e no sul do estado). Os corredores abrangem o eixo do Rio Iguaçu, mantendo as áreas de transição com poucas áreas núcleos (2): região da Serra do Mar, Parque Nacional do Iguaçu. Novas zonas núcleos federais (Parque Palmas, Tibagi, PARNA Campos Gerais. NO Estado, surgem a ampliação de 300% do PE Pico Marumbi. Estas unidades ainda não são consideradas como zonas núcleo.

Há diferentes realizadas entre agricultores localizados na bacia do Rio Iguaçu e interior do estado.

A REBIO das Perobas é um remanescente importante e único, com área de 800.000 hectares, que já pode ser convertida à zona núcleo.

Ressalta a importância de se trabalhar a área do “Pantanal Paranaense”, que possui fragmentos importantes de mata atlântica na divisa com MS.

Há um plano de ação para gerar produtos relacionados à conservação do estado do Paraná.

Sugere a integração entre os mosaicos de áreas.

Sugeriu a incorporação dos Campos Gerais, apesar de não contemplar o bioma mata atlântica diretamente (cerrado).

A proposta é manter o corredor definido na Fase V, incrementando o zoneamento na zona costeira e na fronteira com MS.

A intenção é criar Parques na costa para frear a especulação chinesa intensa na região. A idéia é a de ampliação das zonas núcleo nas áreas de remanescentes na região do entorno da Serra do Mar.

Prof. Alceu: recorda que as APP são áreas núcleo, desde que conservadas e delimitadas. As áreas do estado do PR são APP no topo dos morros. Elas serão justificadas pelos representantes do estado.

Ana Cimardi: sobre a divisa de estado com SC, no estado do PR deva ter também uma zona de amortecimento contemplada na zona de transição já definida no estado do Paraná (sugere-se faixa de 1 km, a exemplo de SC). Na divisa com MS, ocorre o mesmo. Há também zona de amortecimento no PR, que não possui zona de transição. Não há problema em ter zona de amortecimento, transição e núcleo isolados.

Leverci: agradece e concorda com as observações. Deve-se ampliar as zonas de transição e amortecimento próximas à área urbana de Curitiba-PR.

João: cobra coerência para inclusão de zona de amortecimento nas bacias que adentram os estados de MS e de SP. Há concordância de todos.

Leverci: importante considerar os remanescentes como área núcleo.

Ivan: sugere-se a mudança de zona de amortecimento para zona de transição em áreas costeiras do estado, conforme orienta o Manual.

Concluídos os trabalhos para o estado do PR.

Amplia-se as zonas núcleo, providencia-se a justificativa e se redefinem as zonas de transição e amortecimento nas divisas de estado com MS e SP.

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Leonardo: A concepção da RBMA em MS foi feita em cima do mapa de biomas do IBGE. É uma área extremamente agrícola. Por isso foram criadas várias UC e APAS. As ZN são UC de proteção integral. A linha de zona de transição foi pensada obedecendo a bacia do Rio Rema. A preocupação é o oeste do estado, onde há contato com Serra da Bodoquena, em área indígena (zona de amortecimento).

Clayton: se houver justificativa, incluir as áreas de reservas indígenas como zonas de amortecimento, devidamente identificadas.

Leonardo: não se trabalhou com perspectivas de áreas isoladas, e que estão fora do domínio de mata atlântica.

Fernando: quais os critérios para o zoneamento estabelecido?

Leonardo: São vários critérios, mas principalmente pelas 2 grandes bacias: uma que drena para o lado do Paraná e outra para o Paraguay.

O estado adota tais referências para suas políticas públicas, não necessariamente para todas as bacias hidrográficas, que podem se diferenciar por políticas de estado.

Valorizar conexões possíveis, em áreas indígenas. Cria-se corredor de área de amortecimento da RBMA. Depois, há que diminuir nas áreas de maior concentração para crescimento ao longo dos anos.

As bacias, mosaicos são critérios que se diferem de estado para estado.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ivan: procuramos seguir o manual, alterando apenas o limite das áreas. Há mais mudanças no norte de MG, considerando zonas de proteção integral e RPPN como zonas núcleo. Se for área prioritária, pode-se considerar como zona de amortecimento, mesmo sem a existência de zonas núcleo.

Foi possível fazer um grande corredor ligando Serrado Papagaio, Itatiaia e Ibitipoca, que foram consideradas como Zonas núcleo.

Corredor entre Serra do Brigadeiro e Caparão

Área de transição na Serra do Cipó, apesar de estar fora do domínio de mata atlântica. Na divisa com o estado da BA, haverá criação de UC que já está considerada como Zona Núcleo. A criação sai até o final do ano.

Pode-se incluir área de transição e amortecimento na divisa com o estado da BA.

Na divisa com GO, há uma área prioritária no estado de GO, e a área está bastante fragmentada. As zonas de transição seguem os limites do domínio de bioma Mata Atlântica. A área de transição dos fragmentos poderá ser reduzida.

Chico Blu: o interior do estado está “vazio. Sugestão para a fase VII, que se estruture o estudo, ou para a FASE VI.

Ana Cimardi: estudo sobre área prioritária com importância extremamente alta foram consideradas como zonas de amortecimento, mesmo sem zonas núcleo. Ivan confirma.

A zona de recuperação em torno da zona núcleo, passará a ser zona de amortecimento.

Ivan: há restrição de zonas de amortecimento devido a presença de grandes zonas urbanas no entorno de Zonas Núcleo.

Houve correção dos limites de zona Núcleo do PE do Rio Corrente.

Heloisa sugere a sobreposição de zonas de Biosfera da Mata Atlântica sobre a RB do Espinhaço.

Ana Cimardi: revisão dos conceitos de zonas de transição, e cobra critérios entre os estados. Há zonas de transição que fogem aos critérios definidos pela RBMA. Há concordância de João, que ressalta a possibilidade de mudança de justificativa ou revisar o zoneamento, para todos os estados. Há concordância de Ivan para a revisão das zonas de transição, sem zona de amortecimento e núcleo.

ESTADO DA BAHIA

Milson inicia demonstrando as áreas de domínio, e destacando a forte pressão de retirada de florestas para o mercado de carvão para MG. Estas áreas ainda não possuem delimitação pela RBMA, mas reforça a necessidade de mudança deste cenário para fortalecimento das ações de conservação.

As áreas propostas são os remanescentes, e em especial, no corredor sul, próximos do ES, propõe-se a criação de novas 11 UCs, com todo o processo de consulta pública encaminhados. Propõe-se a criação de uma RESEX próximo de Abrolhos. Próximo de Porto Seguro, Parque do Pau Brasil, há ampliação das áreas de zonas núcleo. Ao norte do corredor, a revisão se sobrepõe sobre a revisão do corredor central da mata atlântica, contemplando amortecimento e transição que margeiam a caatinga, com rica diversidade biológica.

Novo fragmento da Serra da Jibóia, que possui grande fragmento de remanescentes. Se propõe a criação de RESEX (Região de Boa Nova Conquista), com alta importância e vocação para turismo rural e ave-fauna local.

Mais ao SUL, o PE Serra do Conduru, é apresentanda como nova zona núcleo, devido à rica diversidade da fauna (anfíbios), com dados consistentes sobre a existência de espécies.

No limite do parque há uma região do campo cheiroso, com área de 100 hectares, com elementos de restinga, da chapada diamantina, dentro de floresta atlântica.

Há inúmeras APAs que estão sendo estudadas para serem convertidas em UCs (zonas de proteção integral).

Na parte marinha, já há oficinas para criação do corredor biológico marinho, e já há várias UCs nesta região que serão fortalecidas por meio de estratégias que captem recursos que viabilizem esta ação, inclusive com a integração com o estado do ES.

O corredor central baiano se divide em 3 sub-comites, que têm sido instrumento político importante para implementação das políticas estabelecidas pela RBMA.

As UCs propostas foram inseridas como zona núcleo, inclusive com a criação de uma UC bi-estadual com MG.

A proposta do estado da BA, é de incluir como zonas núcleo as UCs a serem criadas, e que sejam integradas ao projeto de corredores ecológicos na zona costeira.

Propõe-se a ampliação da zona de amortecimento costeira, e a inserção de uma zona núcleo marinha, passíveis de aprovação do estado.

Ana Cimardi: por critério, as APAs incorporariam as zonas de amortecimento do PARNA da Diamantina. Houve concordância de todos. A zona de transição da BA está boa e atende aos critérios da RBMA.

Bacca: consideraram as RPPN foram consideradas na BA?

Milson: ainda faltam algumas, mas há problema de escala que não permite uma boa visualização. As RPPNs são consideradas como zonas núcleo.

Guilherme: ainda faltam algumas zonas núcleos que não estão contempladas. Guilherme se propôs a oferecer os *layers* para definição das zonas de amortecimento e transição.

Helo: os estados que já tiverem as coordenadas e os polígonos definidos, devem incluí-los como zonas núcleo.

João: questiona a justificativa de criação de amplas zonas de amortecimento sem zonas núcleo. Há necessidade de demonstrar no mapa e justificar melhor tais criações.

ESTADO DO ES

Penha: Alterou-se a inclusão das áreas prioritárias como corredores ecológicos. São 10 polígonos de áreas prioritárias, pois estão sendo feitos investimentos para conservação e preservação. Houve necessidade de status para tais áreas, e atrair mais investimentos. Por conta de ser áreas agrícolas e por não terem a carta dessas áreas, propõe-se que sejam consideradas como zonas de transição, até que se tenha mais informações. Além disso, incluíram-se as RPPNs como zonas núcleo.

As FLONAS foram sugeridas como Zonas Núcleo, devido ao uso restrito.

Clayton: verificar o plano de manejo, que está em processo de criação. Se for permitido, não há problemas.

Propõe-se a recuperação de zonas núcleo usando fragmentos de remanescentes existentes.

Helo: As zonas de transição e amortecimento criadas no corredor central, visam dar restrição de uso às áreas.

A proposição da parte marinha/costeira até Trindade. O comitê inseriu de forma geral uma proposição de Reserva da Biosfera Marinha.

Elizete: concorda com Clayton na recuperação de novas áreas núcleo. As áreas prioritárias definidas pelo IPEMA, que trabalha com 29 Áreas prioritárias com potencial para criação de UCs. Atualmente, são 5 áreas sendo trabalhadas.

Nestas áreas se propõe UCs de Proteção Integral e APA. No corredor central, trabalha-se com a criação 3 UCs, que formam um “micro-corredor”, que formarão futuras áreas núcleo.

Há possibilidade de fazer-se um poligonal com APP que se tornarão áreas núcleos.

Ana Cimardi: questiona novamente os critérios de zonas de amortecimento e transição, e a relação com as áreas altamente prioritárias. Considerando os remanescentes florestais, há possibilidade de definir zonas núcleo dentro das áreas de amortecimento e transição, que atualmente não possuem zonas núcleo.

Clayton: concorda mas ressalva que as áreas prioritárias devem ser consideradas como pontos de partida, e não considerar regra esta colocação. Não deverá deixar estas zonas de amortecimento, sem nenhum núcleo.

Ana Cimardi: Das zonas de transição para as zonas marinhas, necessita de mais esclarecimentos.

Fernando Brutto: sugere a criação de estratégias de comunicação que informe aos proprietários que estas áreas foram convertidas em zonas núcleo.

Clayton: isto serve não apenas para os remanescentes, mas para a RBMA inteira. Isto pode ser feito com material digital a ser enviado para todos os atores envolvidos. Inclusive, a idéia é inserir no Google, para poder navegar por áreas da RBMA.

Bacca: sugere a ampliação da área de transição em área supostamente considerada como remanescente importante. Deve ser checado com os remanescentes da base de dados da SOS Mata Atlântica (pode ser área preservada de criadores de cana de açúcar).

Pausa para o Café: 17:29

Retorno: 18:11

João esclarece que as alterações discutidas até momento serão consideradas na formulação de um novo mapa, que será enviado para todos os conselhos revisarem e terem conhecimento. Em Abril de 2008, este documento deve estar na UNESCO, e por isso, deve ir via MMA até Dezembro de 2007. Até fevereiro de 2008, o documento estará sob responsabilidade do COBRAMAB.

Junto com o documento, deverá ir a justificativa e a carta de adesão de cada estado. Sem ela, o documento não poderá ser encaminhado para as instâncias competentes para a revisão dos limites da RBMA.

Os mapas serão remetidos para os comitês para última revisão, aprovação e conhecimento de todos os estados.

Outras propostas e questionamentos deverão ser encaminhadas para análise e divulgação.

O Prazo final para a adesão de cada estado é em Fevereiro de 2008. Porém, é importante que estes documentos tenham sido enviados com antecedência. As cartas são fundamentais, pois o governo federal também faz questionamentos.

A Unesco solicita carta não apenas de governo, mas também de outras instituições, tais como prefeituras, universidades etc.

ESTADO DO SERGIPE

A principal zona núcleo da PARNA Serra de Itabaiana, a REBIO de Santa Isabel e áreas de RPPNs do limite com a BA. Há também a RESEX federal na divisa com a BA. Há também uma RDS no interior do Estado.

Há um conjunto de remanescentes significativos que poderiam ser considerados como zonas de amortecimento e até zonas núcleo.

Há possibilidade de ampliação das áreas núcleo ou amortecimento, formando um corredor de remanescentes.

Há necessidade de inclusão zona de amortecimento entre Núcleo o Transição na REBIO de Santa Isabel. Vale o mesmo para a APA do Litoral Norte da Bahia.

Há uma zona de transição e de amortecimento no norte do estado que não possui zona núcleo. Antes era uma Área Núcleo II, que virou zona de transição (e ainda está fora do domínio).

Houve consenso de todos.

ESTADO DE ALAGOAS

Afrânio: No estado de AL tem 27 Ucs oficiais. Essas foram consideradas as áreas núcleo do estado. Duas delas, são RPPNs / Posto Avançado, com cerca de 15000 hectares de mata contínua, no sul do estado.

A APA federal marinha inclui toda parte norte de AL até PE (Costa dos Corais). Justifica a existência de RPPNs em diversos municípios, algumas Posto Avançado da RBMA.

Informa que está protocolado, em fase de criação de mais 3 RPPN no próximo dia 30. Há também áreas indígenas pertencentes à zona de amortecimento.

João: Há áreas de amortecimento e de transição sem existência de áreas núcleo. A exemplo de outros estados, estas áreas eram antigas Zonas Núcleo II. Os desenhos deverão ser alterados depois que as zonas núcleos forem demarcadas.

As demais áreas estão em fase de aperfeiçoamento.

Ana Cimardi: sugere a criação de zona núcleo em área de remanescentes que receberão RPPNs futuramente (já estão em processo de formação).

Haverá integração da RESEX Marinha com as demais RPPNs. A RESEX será convertida em Zona Núcleo.

Dentro das propostas feitas, não há discordância do representante do estado para os encaminhamentos.

ESTADO DO PERNAMBUCO

A representante do estado expôs informações sobre as UCs existentes, destacando a formação de corredores de biodiversidade que incluem estuários (manguezais) como zonas núcleo.

As áreas de proteção de mananciais previstas em lei, são consideradas como zonas núcleo.

O estado abarca a Ilha de Fernando de Noronha, que ainda precisa de ajustes da Zona de Amortecimento e Zona Núcleo. Observa-se que uma parte é APA e outra é Parque, e precisa ser detalhado. Pode-se considerar a APA desta região como zona de amortecimento da RBMA.

Ressalta que receberam a base de dados apenas em Outubro.

Ainda existem de 6 a 8 RPPNs para serem criadas ainda neste ano, que poderão ser convertidas em zona núcleo para serem incluídas na FASE VI.

Houve consenso de todos.

Marcos: Para todos os estados, criou-se um banco de dados com informações sobre todas as zonas núcleo, que acompanhará os mapas.

ESTADO DA PARAÍBA

Destaca a existência de áreas indígenas, REBIO, ARIE e APA e discorre sobre a localização das demais UCs. Informou-se sobre a possibilidade de inclusão de zona núcleo em áreas de remanescente primário ou secundário avançado, desde que bem justificados e demarcados.

Há remanescentes que antes eram considerados como Zonas Núcleo II, e que deram lugar à zonas de amortecimento. Ou justifica-se a criação de Zona Núcleo I, ou elimina-se estas áreas da revisão.

Ana Cimardi: Há necessidade de adaptação das APAs para zonas de amortecimento, considerando a zona núcleo em seu interior, e não de transição.

Bacca: Há adaptações de áreas de amortecimento a serem feitas. Falta a confirmação do estado.

Guilherme: Sugere que a área marinha da APA das Barra do Rio Mamanguape se torne zona núcleo. O representante do estado concorda com a sugestão, e será contemplada.

Fernando: alerta que uma área marinha como RESEX, como zona Núcleo, deixe de ser uma área de uso no contexto do SNUC.

Helo: segundo MaB-UNESCO, as zonas núcleo são definidas como áreas com alta restrição de uso. No contexto do SNUC, considera-se as Áreas de Proteção Integral e Áreas de Preservação Permanente, além das RPPNs, que apesar de serem de uso sustentável, também possuem alta restrição de uso na definição legal.

Clayton: esclarecimento legal, reforçando que a definição de zona núcleo pela RBMA NÃO ALTERA NENHUMA CATEGORIA de UCs. A legislação do SNUC não se refere diretamente à categoria da UC, e sim ao uso. A categoria é formada pelo decreto de criação de cada UC.

Ivan: questiona-se a nomeação de zona núcleo para uma categoria de UC não prevista no Programa MaB / Unesco.

Ana Cimardi: defende uma justificativa bem reforçada para superar este pequeno desvio.

Houve consenso de todos pela manutenção da Zona Núcleo neste caso.

ESTADO DO RN

Há 14 Ucs, mas as informações ainda não foram enviadas para o início do trabalho de revisão, mesmo com inúmeros pedidos.

Existe uma equipe analisando o processo que deve ser encaminhado até 15 de novembro.

Chico Blu: se comprometeu a conversar com o Secretário do Meio Ambiente visando pressionar o poder público nesta empreitada.

Marcos ressalta a existência de alguns remanescentes já com possibilidade de incorporação do zoneamento da RBMA.

No norte do estado, apesar de não fazer parte do domínio da mata atlântica, existem ecossistemas associados que podem fazer parte do zoneamento.

Clayton reforça que o conjunto da área costeira do CE e RN pode entrar no zoneamento.

Chico Blu: lembra que existe o projeto de Corredor Ecológico neste estado.

Ana Cimardi: ressalta a importância de considerar a área costeira marinha como RBMA, buscando proteger este importante recurso.

Clayton: Não está clara a proposta de criação de uma faixa extensa de zona de amortecimento marinha, de forma isolada.

Marcos: será feita uma revisão e justificada a inclusão do ambiente marinho.

ESTADO DO CEARÁ

João: Não foi possível entregar os arquivos e mapas para os representantes do comitê deste estado. A representante do estado não compareceu nesta reunião. As informações atuais são da Fase IV, e talvez as informações repassadas por Angélica para o estado do Ceará.

Soraia: Algumas UCs não estão contempladas nesta base cartográfica. Os manguezais estão fora do domínio de Mata Atlântica (estão na Caatinga), e porque são considerados no zoneamento da RBMA.

Clayton: o mangue não é ecossistema associado. As reservas da biosfera são ecossistema terrestre, costeiros e marinhos. O fato de ser RBMA, não exclui a possibilidade de incorporar ecossistemas relacionados a outros ecossistemas (como o exemplo dos Pampas). Portanto, não existe impedimento.

No entanto, tem de se decidir sobre a inclusão ou não sob o ponto de vista de política de conservação.

Marcos: existe a possibilidade de justificar estas áreas com base na Lei da Mata Atlântica, que considera estas áreas como bioma.

Demetrio: se este critério for adotado, deve-se incluir áreas do Piauí e Ceará, acompanhado de justificativa.

Decidiu-se pela votação da questão: Foi decidido por unanimidade a incorporação desta área no zoneamento da RBMA.

Clayton: sugeriu a antecipação da programação prevista na pauta, em função de viagem de alguns membros no dia seguinte.

Foram eleitas 6 novas ONGs para participar do CN. Elas tomarão posse a partir desta reunião, mas participarão apenas no próximo ano. Terão representantes para o Bureau, e a partir da semana que vem passarão a receber informações sobre todo este processo. As ONGs são

Sociedade Terra Viva Brasil – RN (4 anos), Flora Brasil – BA (2 anos), IPEMA – ES (4 anos), Instituto Vidágua – SP (2 anos), Mater Natura – PR (4 anos), Mira Serra – RS (2 anos).

Agradecimento geral à todas as outras ONGs participantes ao longo dos anos.

Uma destas ONGs deverá compor o Bureau, que é composto por conselheiros governamentais e não governamentais (5 governamentais, 5 não governamentais + o Presidente).

Para o Bureau:

- Governamentais: 1 representante do Governo Federal, 1 representante dos Governos do Nordeste, 1 do Sudeste e 1 do Sul.

- Não Governamental: 1 membro de ONG, 1 de comunidade científica, 1 de comunidade de moradores e 1 de setor empresarial (sugestão: Cícero e FIESP). Há suplentes para todos os casos acima.

O membro governamental do Sudeste, Sul e Nordeste ainda têm mais 1 convidado.

A representação de Cícero Almeida está a caminho da reunião.

Estão encerrados os trabalhos de hoje.

Dia 23/10 – ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DO IA-RBMA

Abertura pelo Sr. Clayton Lino abordando as primeiras linhas de trabalho do dia, abordando um breve histórico do IA-RBMA. Deu-se início a discussão do Estatuto do IA-RBMA, com leitura e discussão dos itens a serem alterados.

Foram passadas informações sobre fundadores, associados plenos e sócio-fundadores do IA-RBMA, com explicação sobre o funcionamento da assembléia geral do mesmo. Não houve dúvidas a respeito.

Foi informada a alteração de 9 para 11 membros os titulares do Bureau. Foi alterado o artigo 25, que rege sobre os cargos da secretaria executiva, designado pelo Presidente mediante portaria. Foi apresentada a alteração no 2º parágrafo do artigo 25, que rege sobre a contratação de profissionais para exercerem funções técnicas e administrativas no IA-RBMA.

Incluiu-se a possibilidade de venda de produtos, além do oferecimento de serviços já antes considerados.

Todas as alterações foram aceitas e aprovadas por unanimidade pelos conselheiros.

Iniciou-se a apresentação e alterações no Regimento do IA-RBMA. Foi informada e consultada sobre o veto do direito de voto pelos fundadores que deixam de exercer funções de conselheiro (Capítulo 5, artigo 6).

Foi informada a alteração de 9 para 11 os membros do bureau, no capítulo 9.

Alterações no artigo 36 e 38.

As alterações foram aprovadas por unanimidade pelos presentes.

Inicia-se a apresentação do balanço financeiro do IA-RBMA, no exercício de 2007 (01/01 a 30/09). O referido documento foi apresentado pelo Presidente Sr. Clayton Lino, e disponibilizado para todos os participantes da Assembléia.

Foi informado sobre o quadro de recursos humanos que atuam no IA-RBMA, especificando os cargos cedidos por Secretarias Estaduais de Meio Ambiente (SP e ES).

Abordou e detalhou todas as fontes de recursos do IA-RBMA, vinculadas à instituições públicas ou privadas, com destaque a execução de projetos específicos que recebem recursos para execução das ações previstas. Também foram expostas e detalhadas as despesas relacionadas a cada fonte de recurso.

Foi informada a previsão de recursos para o ano de 2008, especificando as respectivas fontes de recursos. Finalizou apresentando a evolução de recebimento de recursos anuais no período de 1999 até 2006.

O balanço das contas do IA-RBMA foi aprovado e as informações disponibilizadas a todos os participantes. Ivan sugeriu a centralização de custo por estado, como tentativa de demonstrar e contabilizar os custos dos comitês estaduais.

Ressaltou-se a necessidade de formação do conselho fiscal, com substituição de Mônica (BA) e Heloisa Dias (ES), esta última incorporada ao corpo profissional do IA-RBMA. Maria Isabel concordou em continuar como membro do Conselho.

Adriano - sub-comite BA, Paulo Davila Sub-comite GO, se candidataram, formando o conselho junto ao sub-comite do RS (Maria Isabel). Foram escolhidos os respectivos suplentes: Meire (RN) para nordeste, Bacca (SC) para o sul, e Ivan (MG) para região sudeste. Considera-se alterado e aprovado o conselho fiscal.

Apresentação de Tozato – Diretor de UCs da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado da Bahia.

Eleição do Prêmio Muriqui – Pessoa Física

Ricardo Pessoa Braga – PE 3 votos

Antonio Gomes dos Santos – AL (Seu Toinho) 15 votos

Luiz Rios de Moura Batista – RS 7 votos

Eleição Prêmio Muriqui – Candidatos Pessoa Jurídica

ONG Sol Nascente MAQUINÉ – 15 votos

Conservation International – CI (representação do Brasil) 8 votos

The Nature Conservancy – TNC (representação do Brasil) 2 votos

Eleição Prêmio Muriqui – Candidatos a Prêmio Especial

Jornalista Paulo Ramalho Pedrosa (*in memoriam*)

Dr. Paulo Nogueira Neto

Foram lidos os históricos e as justificativas de cada um dos candidatos para posterior votação. Dorinha reforça a importante atuação das ONGs CI e TNC em projetos em prol da conservação da mata atlântica. Declara-se aberta a votação do prêmio. Chico Blu propõe a entrega de 2 prêmios na categoria especial, para ambos os candidatos, fugindo ao regimento do prêmio. 15

conselheiros votaram a favor de manter o regimento, elegendo apenas 1 candidato ao prêmio especial, superando os que votaram pela alteração do regimento para premiação de 2 candidatos na categoria especial.

Estão abertas as votações.

Fica eleito o Sr. Paulo Nogueira Neto para recebimento do Premio Muriqui – Categoria Especial.

Fica eleito o Sr. Antonio Gomes dos Santos – AL (Seu Toinho) para recebimento do Prêmio Muriqui – Categoria Pessoa Física

Fica eleito a ONG Sol Nascente MAQUINÉ para recebimento do Premio Muriqui – Categoria Pessoa Jurídica

Apresentação do Sr. Neto (Presidente Executivo da FF), reforçando a intenção em retomar participação ativa no conselho nacional da RBMA.

Eleições de Conselheiros

Foram apresentados os candidatos a comunidade científica - Gestão 2008-2011

A - Comunidade Científica

Região	Nome	Estado
Nordeste	Iereçê Lucena Rosa (UFPB) / Maria das Dores Melo (UFRN)	PB / RN
	Maria Angélica Figueiredo (UFC) / Sonia Roda (CEPAN)	CE / PE
Sudeste	Mario Oscar Cencig (UNICAMP) / Fabiano Melo (UFG)	SP / GO
	Denise Rambaldi (Associação Mico Leão Dourado) / Alceo Magnanini (IEF-RJ)	RJ
Sul	Ricardo da Silva Pereira Mello (PUC-RS) / Sylvio Péllico (PUC – PR)	RS / PR
	Arnildo Potti (EMBRAPA) / Fernando Grossi (UFPR)	MS / PR

Ficam aprovadas por unanimidade as indicações acima

B – Moradores

Região	Nome	Estado
Nordeste	Roberto Siqueira Carneiro / José Raimundo Santos	PE / SE
	Marilene Figueiredo Costa / Carlos Alberto Pinto dos Santos (73-9113-9150)	BA
Sudeste	Aylton Krenak / Francisco Mandira	MG / SP

	Eliete Barreto da Silva ⁽¹⁾ /	ES
Sul	Glaico José Sell (Faasc) / Mauro Rosa	SC / PR
	José Itaquí / Jorge Ramon de Melo	RS / PR

(1) Presidente da Cooperativa de Catadores de Siri – Ilha das Caieiras – Vitória / ES

Os presentes aprovaram por unanimidade as indicações acima.

Pausa para café (11:40)

Retomada: 12:08

COLEGIADOS

Proposta do SUL. Coordenador: Alexandre Krob e Vice: Ana Cimardi.

Proposta do SUDESTE: Coordenador: Heloisa Dias (ES) e Vice: Ivan Barbosa (MG)

Proposta do NORDESTE: Coordenador: Maria das Dores Melo (continuidade) e vice: Renato Cunha (BA)

Ficam aprovados pelos presentes os coordenadores e vice-coordenadores regionais do Nordeste.

Criação do COLEGIADO - MAR

Heloisa Dias inicia apresentação da proposta pra composição do colegiado Mar (**documento da Heloisa**).

PROPOSTA PARA COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO MAR

- Redes Costeiro-Marinhas (AVINA, Agencia de Gerenciamento Costeiro, etc.)
- Rede de ONGs da Mata Atlântica, Rede Mangue / Mar e outras
- Setor Governamental: Marinha; MMA(ICM-NZCM-GERCO); SEAP; DNP; OEMAs; Municípios; etc
- Setor empresarial: armadores de pesca, setores portuários, operadores turísticos, setores industriais/mineração; maricultores.
- Moradores/usuários: pescadores, associações de moradores, surfistas, mergulhadores, velejadores, etc.
- Setor científico

A proposta foi aceita pelo conselho e a proposta final devera ser aprovada na reunião do Bureau. Clayton sugere maior articulação com os demais colegiados e com os comitês RBMA. Este quarto colegiado passará a ter os mesmos direitos dos demais colegiados.

Afrânio ressalta que a composição deste colegiado está numeroso. Clayton esclarece que apenas os representantes de cada ator citado participarão dos colegiados, que deverá obedecer a um número médio respeitado nos demais colegiados, devidamente aprovado pelo Bureau.

Encerradas as discussões sobre este assunto.

A base da composição deste colegiado proposto foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros. Fica acertada que o detalhamento será encaminhado posteriormente.

RENOVAÇÃO e APROVAÇÃO DE POSTOS AVANÇADOS

Posto Avançado da Reserva de Sta. Teresa – AL. Foi apresentada toda a documentação para tal. Afrânio manifesta as desculpas pela ausência do Sr. Francisco Celestino, mas as informações todas foram recebidas pelo CE-RBMA. A renovação foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros.

Posto Avançado do Parque Nacional Marinho de Abrolhos. Foi apresentado Por João toda a documentação e relatórios técnicos para a continuidade. Clayton ressalta a importância de renovação devido a pressão de exploração petrolífera na região.

Há esclarecimento que o novo colegiado criado (MAR) não substitui os demais colegiados na gestão dos postos avançados. Fica aprovada por unanimidade a renovação deste Posto Avançado.

Inicia-se a apresentação do Sr. Geraldo, que candidata a novo Posto Avançado da RBMA. (Posto Avançado do Menestrel das Alagoas).

Leverci recomenda que os projetos aprovados (apicultura, artesanato) para serem implementados ganham força com o Título de Posto Avançado.

Milson fez questionamentos sobre a averbação das Reservas Legais, e da área de RPPN. Sugeriu também a ampliação das áreas de RPPN, aproveitando o a grande quantidade de remanescentes existentes no local. Além disso, orientou a reformulação do programa de mudas, visando produzir espécies nativas da Mata atlântica. Houve justificativa afirmando se tratar de uma zona de transição.

Clayton ressalta a importância da revisão geral de todos os Postos Avançados da RBMA, com o objetivo de constatar a coerência e atendimento dos critérios para recebimento do título de Posto Avançado da RPPN.

Clayton esclarece que o título de Posto Avançado se é oferecido ao projeto, e não a empresa proprietária, nem a suas atividades.

Após o debate e questionamentos sobre a apresentação, os conselheiros aprovaram por unanimidade o Posto Avançado do Menestrel das Alagoas.

Milson reforça a necessidade de ampliação de áreas de RPPN.

Foram feitos todos os procedimentos para candidatura de 02 Postos Avançados no ES, mas não houve tempo para a realização de uma última reunião do Comitê antes da reunião do CN para homologação. O mesmo caso serve para o CEPEMA – Centro de Pesquisas do Meio Ambiente, localizado no centro de Cubatão, em SP, e para RPPN Nacional Amigos das Águas – em Morretes, no PR.

Sugeriu-se que estas propostas sejam incluídas na pauta do Bureau para os encaminhamentos. A decisão foi aprovada por unanimidade pelo conselho.

ELEIÇÃO DO BUREAU – Gestão 2008 - 2011

A – GOVERNAMENTAIS

Região	Nome	Estado
Governo Federal	Maria Lucia (Inst. Chico Mendes) /	
NE	Afranio (AL) / Maria Lucia Costa (PE)	AL / PE
SE	José Neto (SP) / Humberto (MG)	SP / MG
S	Leverci (PR) / Isabel (RS)	PR / RS
Convidado	Milson (BA) /	BA

Houve consenso das bancadas estaduais sobre estas propostas.

B - NÃO GOVERNAMENTAIS

Categoria	Nome	Estado
Morador	Roberto (PE) / Glaico (SC)	PE / SC
Cientista	Ricardo (RS) / Arnildo (MS)	RS / MS
ONG	IPEMA (ES) / Flora Brasil (BA)	ES / BA
Setor empresarial	Nelson - FIESP (SP) / Cícero (AL)	SP / AL
Convidado	Conservação Internacional – CI	

Fica decidido que a vaga de suplente para a categoria de ONG será informado no prazo máximo de 15 dias.

c – Organizações Não Governamentais (ONG)

Região	Nome	Estado
--------	------	--------

Nordeste	Flora Brasil (2 anos)	BA
	STV Brasil (4 anos)	RN
Sudeste	IPEMA (4 anos)	ES
	Vidagua (2 anos)	SP
Sul	Mater Natura (4 anos)	PR
	Mira Serra (2 anos)	RS

RETOMADA ELEIÇÃO DO CONSELHO (AS DISCUSSÕES NÃO FICARAM CLARAS)

Favoráveis a ANAMA: 22 votos

Favoráveis ao JD. BOTANICO: 07 votos

Favoráveis ao MDA: 13 votos

Ficam eleitos e aprovados o MDA e ANAMA para composição como convidados do Conselho Nacional (órgãos governamentais).

O 3º membro convidado do CN-RBMA não governamentais foi a Conservação Internacional, em votação no conselho: 19 votos a favor e 2 abstenções.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL

Para gestão de 2008 – 2011, não houve formação de chapa além da atual situação. Dessa maneira, a única chapa formada é composta pelos candidatos o Sr. Clayton Ferreira Lino como presidente, e Sra. Denise Rambaldi como vice-presidente. Clayton informou que foi feito acordo no processo de formação da chapa, que prevê o afastamento da cadeira de presidente no período de 2 anos, como forma de promover a renovação.

Foram feitas considerações finais, agradecimentos à todos os participantes e organizadores. Finalizados os trabalhos. (14:02).